

EUROPA

**GIANDOMENICO MAJONE,
EUROPE AS THE WOULD-BE POWER**

Cambridge, Cambridge University Press, 2009, 259 pp.

Conhecer a natureza da União Europeia (UE) enquanto actor é uma das questões que tem inquietado os investigadores da integração europeia. Perante a diversidade de políticas e mecanismos, bem como as diferenças entre a retórica e a prática, muitos são os que se questionam sobre a estratégia e os métodos da construção europeia, sobre os princípios que a sustentam, os seus objectivos e resultados alcançados. Porém, poucos são os que o fazem de forma crítica, contestando o quadro normativo e, em particular, a ausência de importantes princípios democráticos.

Giandomenico Majone, professor emérito do Instituto Universitário Europeu de Florença, argumenta, na obra *Europe as the Would-be Power*, que a integração europeia tem sido desenvolvida de acordo com um «código operacional», baseado num sistema de princípios e regras que nunca foram discutidos publicamente. Este «código operacional», que não consta dos

documentos oficiais da UE nem está presente no debate académico – segundo o autor, por ausência de sentido crítico –, é constituído por três grandes princípios. Em primeiro lugar, considera a integração uma prioridade, de importância superior à democracia; como exemplo, o autor destaca os alargados poderes legislativos da «não-eleita» Comissão Europeia, em contraste com as competências do Parlamento Europeu. Em segundo lugar, defende a aplicação recorrente do princípio do «facto consumado», o que torna o debate público inútil; tal fica demonstrado, por exemplo, através da criação e desenvolvimento da União Económica e Monetária, nunca discutida pelos cidadãos. E, finalmente, os fins últimos são considerados irrelevantes, sendo mais importante o processo para os alcançar. Ou seja, não importa qual a forma última da UE – um Estado federal, uma organização internacional de poderes alargados, etc. –, mas sim os processos e instrumentos utilizados para alcançar os objectivos que, gradualmente, vão sendo definidos.

Ao longo da obra, Majone procura analisar as principais questões da integração europeia: o défice democrático e a participação dos cidadãos, com particular destaque

para os momentos de consulta popular e as suas consequências para o processo europeu; as diversas tipologias de federalismo e os modelos adoptados para o quadro institucional da UE; a Europa social e a diferença entre a realidade e as ambições; e, finalmente, a existência de uma «crescente união» numa estrutura com um igualmente crescente número de estados-membros.

Europe as the Would-be Power apresenta-se como um interessante trabalho crítico e abrangente, que se destaca pela perspectiva singular com que procura compreender a integração europeia.

**ÁLVARO DE VASCONCELOS (ED.),
QUELLE DÉFENSE EUROPÉENNE
EN 2020?**

3.^a edição, Paris, European Union Institute for Security Studies, 2010, 210 pp.

Após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em Dezembro de 2009, a defesa europeia depara-se com importantes desafios, determinantes para o seu desenvolvimento. Qual o seu futuro e como se desenvolverá é o mote da obra *Quelle défense européenne en 2020?*, editada pelo Instituto de Estudos de Segurança da UE (ISS-EU), que sintetiza os contributos de várias personalidades do mundo académico e político. Editado em 2009 em língua inglesa, e posteriormente actualizado face aos desenvolvimentos e entrada em vigor do Tratado de Lisboa, esta obra conta com o prefácio de Catherine Ashton, a primeira alta-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia.

O potencial impulso que o Tratado de Lisboa poderá dar ao aprofundamento da cooperação europeia em matéria de defesa constitui o tema central de todos os textos. No capítulo que reúne os contributos dos académicos, é dado particular destaque à necessidade de definição de uma estratégia comum, que reúna as esferas civil e militar, e que sustente uma verdadeira identidade europeia de defesa. Já no capítulo dedicado aos especialistas é dada prioridade às ambições definidas pelas instituições europeias – designadamente, o Conselho, a Comissão e a Agência Europeia de Defesa –, procurando salientar a necessidade de uma maior articulação e coerência de acção, bem como rentabilização de recursos. Finalmente, no capítulo relativo aos responsáveis políticos são apresentadas propostas de grandes linhas político-estratégicas para a defesa europeia, considerando que a UE deve assumir um papel de destaque na garantia da segurança internacional. Em tom de conclusão, o organizador da obra e director do ISS-EU, Álvaro de Vasconcelos, aponta dez prioridades para os próximos dez anos, entre as quais se destacam: a prioridade à prevenção de crises; defesa do princípio da «segurança humana»; generalização de missões civis-militares, com a criação de um comando europeu; necessidade de criação de um mercado único europeu de defesa; afirmação de uma perspectiva europeia no papel da NATO; criação de um conselho parlamentar europeu para matérias de segurança e defesa. É, ainda, atribuído particular destaque à necessidade de ultrapassar o défice político e afirmar a legitimidade das decisões de

defesa europeia, o que passa pela afirmação da vontade política dos estados-membros.

A obra *Quelle défense européenne en 2020?* cumpre o objectivo de apresentar uma interessante síntese do debate actual sobre defesa europeia, pós-Tratado de Lisboa, bem como elencar as reflexões mais relevantes para o futuro.

**BARBARA DELCOURT,
MARTA MATINELLI E EMMANUEL
KLIMIS (EDS.), L'UNION EUROPÉENNE
ET LA GESTION DE CRISES**

Bruxelas, Institut d'Études Européennes
– Université de Bruxelles, 2008, 270 pp.

A década de 1990, marcada pelos conflitos nos Balcãs e na África, deu origem a uma nova abordagem nos estudos de segurança. Para além de uma componente de análise militar, também a esfera civil passou a fazer parte do léxico da «gestão de crises», não só através de uma componente operacional – com a presença de ONG e organizações internacionais nos teatros de operações –, mas também com o desenvolvimento de conceitos como «segurança humana» ou «responsabilidade de proteger».

A obra *L'Union européenne et la gestion de crises* resulta de um colóquio organizado pela Universidade Livre de Bruxelas em 2006, sobre o mesmo tema, que contou com a participação de diversos oradores do mundo académico, militares e *policy-makers*. O objectivo era ajudar na definição de um quadro de análise para a «gestão de crises», à data pouco explorada pela Academia, levando à reflexão questões como a separação entre a esfera civil e militar e

as exigências na resposta à complexidade crescente dos conflitos e ameaças.

No centro da análise está o papel da União Europeia (UE) como actor na «gestão de crises». Como tal, a obra apresenta três grandes eixos de análise. Em primeiro lugar, a reflexão sobre o quadro institucional da UE no planeamento de missões de gestão de crises. A complexidade do quadro institucional – com competências partilhadas entre o Conselho (componente militar), a Comissão (componente civil) e o Parlamento – resulta, muitas vezes, em falta de coerência na intervenção, sendo este considerado um problema estrutural. Para além disso, existem ainda as questões orçamentais e financeiras que limitam, em boa medida, o cumprimento das missões. Em segundo lugar, a análise da operacionalização das missões. Através da observação de estudos de caso – a República Democrática do Congo e na Macedónia – a obra procura sintetizar os problemas comuns às diversas missões, concluindo que existem especificidades em cada cenário que exigem respostas particulares, nem sempre obtidas. Finalmente, a análise das experiências de actores no terreno, como ONG e organizações internacionais. Entre os casos em análise, destacam-se as Equipas de Reconstrução Provinciais da NATO no Afeganistão.

A obra *L'Union européenne et la gestion de crises* constitui uma síntese geral e introdutória à temática da «gestão de crises». As diversas origens e tipologias de análise adoptadas pelos autores resultam num interessante contributo para a reflexão sobre esta matéria, mais do que num balanço sobre as missões de gestão de crises até agora realizadas pela UE.

**HENRY LAURENS, JOHN TOLAN
E GILLES VEINSTEIN, L'EUROPE ET
L'ISLAM – QUINZE SIÈCLES D'HISTOIRE**
Paris, Odile Jacob, 2009, 482 pp.

O início do século XXI ficou marcado por um importante debate sobre a convivência entre o Ocidente e o islão. Porém, para compreender este complexo de relações é fundamental afastar argumentos ideológicos e procurar analisar o percurso das ligações entre povos, do Atlântico ao Índico, ao longo dos séculos. Esta é a abordagem que nos é oferecida pela obra *L'Europe et l'Islam*, da autoria de três reconhecidos historiadores da Academia francesa, que analisa as relações entre a Europa e o mundo muçulmano, desde a conquista de Meca até ao final do século XX.

Contrariando a tese defendida por Samuel Huntington, do «choque de civilizações», os autores de *L'Europe et l'Islam* consideram que mais do que a rivalidade entre duas civilizações, estamos perante um histórico de relações entre indivíduos e povos que fazem parte da história da Europa, do mundo árabe e turco-otomano. Para sustentar esta análise, os autores apresentam um conjunto variado de fontes – incluindo a transcrição de interessantes documentos históricos – que permitem ao leitor construir a sua própria análise, para lá da interpretação apresentada na obra.

Ao longo de quase 500 páginas, *L'Europe et l'Islam* trata cerca de quinze séculos de história, nos períodos medieval, moderno e contemporâneo. Tendo como ponto de partida a conquista de Meca, os autores começam por observar a forma como os geógrafos, europeus e árabes, descreviam as realidades continentais, designadamente

a identificação de «terra cristã» e «terra muçulmana». Ainda como contributo para a compreensão de percepções, segue-se a análise de conceitos como 'jihad', «cruzada» e «reconquista», ainda hoje fundamentais na construção de retóricas.

Mas a história das relações entre a Europa e o islão fica, sem dúvida, marcada pelas inúmeras trocas entre os diversos povos que as compõem. Desde logo, as trocas comerciais entre os séculos XII e XIV, mas também as trocas intelectuais, culturais e artísticas, com particular destaque para a influência da ciência e da filosofia árabes no pensamento europeu a partir do século XII.

Com o período moderno, entre o século XV e XVIII, chegam os grandes impérios e as «continuidades e mudanças» na geopolítica do Velho Continente. *L'Europe et l'Islam* atribui particular destaque à compreensão do Império Otomano e dos seus legados para a história da Europa, designadamente nos Balcãs e relações com os povos do Médio Oriente, bem como à análise da relação entre o «imperialismo europeu» e as «transformações no mundo muçulmano», destacando os processos de construção de novos estados e nações sob os destroços de velhos impérios.

L'Europe et l'Islam pretende ser uma obra de referência na análise da história da Europa. Marcada pelos cânones da Academia francesa, apresenta uma análise bem fundamentada e apoiada por um leque vasto de documentação, visando a compreensão de um complexo de relações através não só da análise de factos mas, essencialmente, do contributo das heranças históricas na construção de conceitos e percepções.

■ ANA SANTOS PINTO

AMÉRICA DO SUL E BRASIL

**GIAN LUCA GARDINI,
THE ORIGINS OF MERCOSUR.
DEMOCRACY AND REGIONALIZATION
IN SOUTH AMERICA**

Nova York, Palgrave, 2010, 267 pp.

A América do Sul tem-se caracterizado por iniciativas diversas de processos de integração regional. Nesse sentido, são também abundantes os trabalhos académicos sobre estas matérias, em particular sobre o Mercosul, criado em 1991, e que tem tido uma evolução marcada por altos e baixos. Mas mais do que avaliar estes momentos, o livro de Gian Luca Gardini (Universidade de Bath) centra-se nas origens do Mercosul. O principal objectivo do livro é avaliar o papel da democracia no processo de regionalização da América do Sul.

O livro estrutura-se, numa primeira parte, com a contextualização histórica (ou, como o autor denomina, as investigações diplomáticas e análises históricas) das relações entre o Brasil e a Argentina, entendidas como o ímpeto para a criação do Mercosul. E, numa segunda parte, com «as investigações políticas e análises teóricas» que explora o conceito de democracia e o relaciona com a regionalização; analisa o papel da sociedade civil na criação do Mercosul, passando, finalmente, para a análise teórica da relação entre a democracia e a regionalização. Tendo em conta a percepção dos protagonistas entrevistados (todos consideram que a democracia foi fulcral neste processo), Gardini explora o papel das ideias na formulação da política externa com base nos

argumentos de Goldstein e Keohane. Neste sentido, o autor tenta perceber porquê todos os protagonistas, argentinos e brasileiros, dão especial relevo ao papel da democracia, avançando com a hipótese de que a democracia desenvolve a visão dos líderes da região e molda as suas percepções, definindo interesses e comportamentos. Para tal, Gian Luca Gardini utiliza uma análise cognitiva da política externa e da democracia (entendida aqui como um conjunto de ideias e crenças com comportamentos associados) baseada na psicologia política, no construtivismo social, e na abordagem *ideational*. Os dois primeiros modelos ajudam a explicar as ideias e percepções a nível individual e sistémico, e o modelo desenvolvido por Goldstein e Keohane completa a análise ao fornecer os instrumentos para entender como funciona a influência das ideias na política externa. Deste modo, Gardini conclui que, embora nem sempre a alteração de regime político seja sinónimo de alteração da política externa (como é o caso do Brasil), a democracia foi um factor importante na integração do Brasil e da Argentina e foi a base da criação do Mercosul.

Um contributo interessante para os que estudam a génese e a evolução do Mercosul, e não apenas as suas crises. Mas, acima de tudo, uma abordagem criativa para compreender a evolução das relações Brasil-Argentina e a ligação entre a democracia e regionalização, no caso concreto do Mercosul. Ao que se soma um trabalho empírico e teórico muito bem fundamentado.

LUIZ FELIPE LAMPREIA, O BRASIL E OS VENTOS DA MUDANÇA

Rio de Janeiro, Objetiva, 2010, 343 pp.

Luiz Felipe Lampreia, diplomata, exerceu o cargo de embaixador em vários postos (incluindo Lisboa), tendo passado ainda pela Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores (o Itamaraty). Entre 1995 e 2001 foi ministro das Relações Exteriores do governo de Fernando Henrique Cardoso, findo o qual abandonou o percurso político e a carreira diplomática, porque «cansei de mudanças e de ficar tão exposto aos azares da política». Tal como esclarece nas primeiras páginas do livro, o seu objectivo não foi fazer um livro de história diplomática ou a sua autobiografia (e não é) – o que aqui se apresenta é o testemunho e partilha das suas experiências enquanto actor (-chave) na «evolução da trajetória internacional do Brasil». Pese embora, pela informação disponibilizada, o livro se apresente, paralelamente, como um excelente instrumento de trabalho para os que centram a sua investigação na análise da política externa brasileira – não só pelos episódios relatados mas também pela fundamentação feita através de excertos de discursos do autor ou de textos publicados anteriormente. O livro começa com uma retrospectiva em torno da génese da política externa brasileira, desde o início do século XX, e é composto por mais seis interessantes partes, organizadas cronologicamente a partir dos anos 1960 – altura em que Lampreia entrou para a carreira diplomática no Instituto Rio Branco. O sexto capítulo, o mais longo, trata especificamente os anos de Luiz Felipe Lampreia como ministro das Relações Exterio-

res. É feita a análise do papel do Brasil no conflito entre o Peru e o Equador, os meandros da assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, a evolução da política comercial do Brasil e a integração económica, bem como as suas relações com cada um dos países da «família» latino-americana, com os Estados Unidos, com alguns dos países da Europa, do Médio Oriente, de África e da Ásia.

Em jeito de conclusões, o autor formula, no último capítulo, «a década atual e a próxima», alguns dos actuais desafios do Brasil: um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o papel do país nos acordos internacionais de comércio, bem como, por um lado, a evolução do Estado democrático na região e, por outro, as mudanças climáticas e as armas nucleares (que o autor considera «o maior perigo da atualidade»). Finalmente, Lampreia reflecte sobre o «novo papel internacional do Brasil», embora não o defina claramente, e sobre as ambições do Governo – destaca o importante papel de Lula da Silva, mas aponta «erros» na gestão da sua política externa. Referindo-se às relações com o Irão, a Coreia do Norte ou o Sudão, Lampreia argumenta que dada a «nova posição do Brasil na hierarquia internacional», o país não pode ter uma política externa ambígua mas sim um «comportamento responsável».

TULLO VIGEVANI E GABRIEL CEPALUNI, BRAZILIAN FOREIGN POLICY IN CHANGING TIMES – FROM SARNEY TO LULA

Lanham, Lexington Books, 2009, 169 pp.

O pano de fundo deste livro é a evolução da política externa brasileira desde o Governo de José Sarney (1985) até

ao actual Governo de Lula da Silva (2009). O principal objectivo de Tullo Vigevani (professor na Universidade do Estado de São Paulo e um grande especialista em política externa brasileira) e Gabriel Cepaluni (Universidade de Georgetown) é a análise dos elementos de continuidade e de mudança da política externa brasileira desde a redemocratização do Brasil. A categoria analítica adoptada foi a noção de autonomia, que os autores consideram transversal a todos os governos, e que permite destacar a capacidade do país em desenvolver uma política externa livre de constrangimentos e pressões dos países mais poderosos. Depois desta análise, o livro fornece ainda um capítulo dedicado aos dilemas da integração regional do Brasil, e um último às relações entre o Brasil e a Venezuela, que ilustra o contraste dos tipos de autonomia em cada um dos países. No que se refere à política externa do Governo de José Sarney, os autores argumentam que o Brasil foi largamente pressionado pelos Estados Unidos. Juntamente com as alterações no sistema internacional e interno registaram-se, por isso, no final do governo, alterações na política externa do Brasil que o levaram a adoptar, até certa medida, uma postura de «autonomia pela distância». O governo seguinte, de Collor de Mello, é marcado, no início, pelo alinhamento automático com os Estados Unidos. Em contrapartida, os autores consideram que a curta duração dos mandatos, tanto de Collor de Mello como de Itamar, assim como a instabilidade política e económica, não permitiu que fosse implementada uma política externa sólida. Para ilustrar o padrão da «autonomia pela participação», representado pelo Governo

de Fernando Henrique Cardoso, os autores exploram o legado intelectual e prático do Presidente, destacam a diplomacia presidencial, bem como as relações com os Estados Unidos, a América do Sul, os processos de integração regional e a OMC. É tratada ainda a participação e inserção do Brasil na cena internacional o que implicou não só uma aproximação aos países mais ricos, mas também aos países do Sul de modo a aumentar a participação do Brasil nos regimes internacionais. Com Lula da Silva regista-se o que os autores apelidam de «autonomia pela diversificação». Os autores consideram que o objectivo do Governo de Lula é aumentar o estatuto internacional e regional do Brasil, semelhante ao de Fernando Henrique Cardoso que, em contrapartida, se desenvolveu de forma moderada. Acrescentam que a política externa de Lula, comparativamente com Fernando Henrique Cardoso, caracteriza-se pela mudança com continuidade, sendo marcada por alguns ajustamentos e novas orientações programáticas.

A grande mais-valia é reunir num mesmo volume alguns dos textos dos autores trazidos, anteriormente, a público de forma dispersa através da sua publicação em revistas académicas.

LAEL BRAINARD E LEONARDO MARTINEZ-DIAZ (ORG.), BRAZIL AS AN ECONOMIC SUPERPOWER? UNDERSTANDING BRAZIL'S CHANGING ROLE IN THE GLOBAL ECONOMY

Washington, Brookings Institution Press, 2009, 291 pp.

O livro, coordenado por Lael Brainard e Leonardo Martinez-Diaz, é resultado de uma conferência organizada pela Brookings Institution em 2008, em

Washington. A obra está estruturada em quatro partes: agricultura e energia, política comercial, negócios e multinacionais e sociedade – que contribuem para a compreensão do lugar do Brasil no sistema económico, e para o debate sobre a definição do país como superpotência económica.

A aposta na agricultura e a definição de uma estratégia na área energética, motivadas por factores internos e externos, têm sido determinantes para a ascensão do Brasil. Mas, como refere André Meloni Nassar, se o Brasil pretende ser uma superpotência agrícola e agroenergética, necessita de melhorar as suas instituições para que sejam formuladas políticas adaptadas aos desafios actuais. Geraldo Barros, depois de traçar a evolução da política agrícola do Brasil, acrescenta que é necessário restabelecer os investimentos, em parceria com o sector privado. Em dois capítulos, Pedro da Motta Veiga e Maurício Mesquita Moreira, analisam a política comercial do Brasil desde os anos 1990, quando o Brasil abriu o seu regime comercial, e evidenciam a permanência de alguns assuntos relacionados com esse processo de liberalização. As questões dos negócios e da distribuição de rendimentos e oportunidades na sociedade brasileira são tratadas nos últimos três capítulos.

O primeiro capítulo, que serve também de introdução, da autoria dos coordenadores do livro, fornece um quadro geral da evolução da economia brasileira desde finais da década de 1940 e trata-a no quadro do acrónimo *Bric*. Os autores consideram que, actualmente, o Brasil está plenamente integrado na economia global, para o que contribuíram favoráveis conjunturas internas e externas – como a crise das matérias-primas na China e na Índia que levou ao aumento da procura na América Latina, e em particular, no Brasil. Brainard e Martinez-Diaz resumem essa conjuntura ao clima e às matérias-primas bem como ao legado político interno – e esta é a justificação que encontram para o facto de o crescimento sustentado e a ascensão no *ranking* da economia global ter ajudado para o sucesso do Brasil, e não para a sua decadência. Os desafios residem na forma como o Brasil irá lidar com este legado ao nível da política económica, e também como irá fazer a sua integração nos mercados mundiais, o que dependerá das políticas formuladas a nível interno. Quanto à pergunta que faz o título do livro, os autores consideram que, se por «superpotência» entendermos um país que exerce influência no exterior, então o Brasil pode ser definido como tal.

■ CARMEN FONSECA

MUNDO ÁRABE

NOAH FELDMAN, *THE FALL AND RISE OF THE ISLAMIC STATE*

Princeton, Princeton University Press, 2008, 200 pp.

Recentemente reeditado na versão *paperback*, o livro de Noah Feldman, professor de Direito na Harvard Law School e investigador no Council on Foreign Relations, é sem dúvida uma obra controversa e fundamental para quem deseje compreender o que é, afinal, o Estado islâmico, qual o significado do apelo ao estabelecimento da *shari'a* (que resumidamente poderá ser definida como a lei islâmica) por parte de diferentes movimentos islamitas e quais as possibilidades de estabelecimento de um Estado islâmico nos países onde estes movimentos islamitas obtêm vitórias eleitorais.

Para esclarecer estas questões, o autor vai desenvolver uma análise da história constitucional islâmica, partindo dos tempos do apogeu da *shari'a* – quando era um sistema de leis equilibrado em que uma constituição não escrita era analisada e interpretada por um corpo de *ulema* e administrada pelos governantes, mas que enfraqueceu através das reformas introduzidas no período final do Império Otomano na sua tentativa de se aproximar das potências europeias. Deste modo, a introdução de uma constituição escrita e a abolição do califado terão, de acordo com o autor, eliminado o sistema de *checks and balances* desenvolvido pelos *ulema*, levando ao aumento do poder dos governantes face à diminuição da justiça e da lei. Daí que, se, teoricamente, o islamismo apela ao estabelecimento de um Estado islâmico,

este apelo, na verdade, procurará recuperar para o Estado uma ordem islâmica inspirada nos primeiros anos do islão, mas sem negar uma interpretação contemporânea que se adapte à realidade do momento, legitimada pelo próprio islão (p. 111).

Então, para Feldman, a defesa do regresso ao império da *shari'a* deve ser entendida como uma reivindicação para que as leis sejam elaboradas seguindo a origem cultural islâmica, isto é, um apelo ao império da lei e da justiça e não a defesa da restauração da ordem islâmica clássica, estabelecida a partir do desenvolvimento e da acção de instituições baseadas numa forma de vida e de governo tradicional e familiar. Por isso, o autor afirma mesmo que os islamitas estarão dispostos a «contornar e até repudiar implicitamente certos aspectos da tradição que intervêm entre o Profeta e a era moderna» (p. 108), vontade que reflectirá as diferenças entre os movimentos islamitas e outros movimentos mais conservadores e radicais e que implica que os textos sagrados do islão possam ser interpretados individualmente.

Nesta linha, o autor defende que quando as vozes islamitas apelam ao restabelecimento da *shari'a*, apelam à regência da *shari'a*, mas não ao governo pelos clérigos, que deverão ter um papel de consultores. Logo, Feldman acredita que é possível a existência de um Estado islâmico no mundo contemporâneo, pois passaria pela emergência de uma estrutura institucional que implicasse um equilíbrio de poderes.

Esta obra acaba assim por tentar demonstrar que a reivindicação do Estado islâmico, que tanto assusta o Ocidente, não passará

de um apelo à reciclagem do quotidiano político árabe e muçulmano dado que recupera a ideia de que o Estado islâmico clássico seria mais justo e mais correcto para as populações do que os governos autoritários que governam na região.

**FERRAN IZQUIERDO BRICHS (ED.),
PODER Y REGÍMENES EN EL MUNDO
ÁRABE CONTEMPORÁNEO**

Barcelona, Fundació CIDOB, 2009, 416 pp.

Partindo dos instrumentos teóricos da sociologia do poder para «sistematizar a análise das estruturas de poder que regem qualquer sociedade» (p. 19), Ferran Izquierdo, professor na Universitat Autònoma de Barcelona, reuniu vinte e oito especialistas do mundo árabe contemporâneo para desenvolver um estudo que representa um esforço aprofundado de analisar as relações de poder que definem os regimes do mundo árabe contemporâneo, bastante diversos entre si (Argélia, Marrocos, Mauritânia, Egipto, Arábia Saudita, Síria, Líbano, Palestina e Jordânia). Cada um dos capítulos identifica as elites do regime («indivíduos que se encontram numa posição hierárquica superior nas instituições sociais e cuja sobrevivência nesta posição depende da sua capacidade para competir pela acumulação de poder» e de recursos, p. 25) e sendo que nos países analisados o controlo dos recursos de poder está nas mãos de um grupo muito restrito, é possível assumir que a sobrevivência autoritária nestes regimes se deve precisamente a este ponto, pois a democratização do regime debilitaria o papel da elite actual, abrindo a possibilidade

de acesso ao controlo do Estado a novas elites.

Efectivamente, como Izquierdo e Kemou indicam, o principal recurso pelo qual as elites do mundo árabe competem é o Estado, e se, seguindo Arendt ou Weber, os autores afirmam que «um dos aspectos mais valiosos do Estado, como recurso de poder para as elites que o controlam, é a “legitimidade” no exercício de governo e no uso da violência» (p. 41), então, é a fraca legitimidade das elites dos casos estudados que leva à utilização de mecanismos coercivos para controlo da sociedade. Daí que a relação destas elites com a população geral seja de distribuição de recursos, levando a que o seu poder seja tanto mais autoritário quanto menor for a capacidade de negociação da população. Por isso, a cooptação de elites secundárias e a repressão também representam recursos fundamentais para o controlo do Estado por parte das elites na procura da estabilidade do regime.

O enfoque inovador desta obra permite aos seus autores superar as abordagens redutoras que por vezes surgem nas análises sobre a região, demonstrando que, ao invés da imagem de desordem muitas vezes generalizada, as elites do mundo árabe geraram uma enorme capacidade de sobrevivência (garante da estabilidade dos seus regimes), sendo extremamente bem-sucedidas no controlo dos recursos do respectivo país e, como tal, acabam por acumular mais influência do que as elites de outras sociedades.

Tendo o mérito de demonstrar simultaneamente a heterogeneidade das sociedades do mundo árabe, esta obra é importante

quer para a compreensão das estruturas de poder da região, quer para o interesse mais alargado sobre os objectivos das elites e o papel dos seus recursos em qualquer sociedade. Fica a faltar a tradução para inglês para que se possa converter numa obra incontornável da comunidade académica internacional dedicada ao estudo das causas da persistência autoritária nesta e noutras regiões do mundo.

**IGNACIO ALVAREZ-OSSORIO
E LUCIANO ZACCARA (EDS.),
ELECCIONES SIN ELECCIÓN: PROCESOS
ELECTORALES EN ORIENTE MÉDIO
Y EL MAGREB**

Madrid, Ediciones del Oriente y del Mediterráneo,
2009, 355 pp.

Resultado de um seminário organizado na Universidade de Alicante intitulado «Elecciones y transición política en el Mediterráneo árabe y su entorno», este livro reúne as comunicações de diversos especialistas sobre os processos e os sistemas eleitorais dos países da região do Médio Oriente e do Magrebe, com o objectivo de colmatar a falta de estudos de política comparada publicados sobre esta temática. Para os coordenadores da obra, é possível efectuar um estudo comparado sobre os sistemas políticos e eleitorais da região pois, apesar das grandes especificidades que encontraram em cada país, a verdade é que as suas funções e atribuições são idênticas às dos sistemas dos países de outras regiões do mundo. Porém, e apesar de o capítulo introdutório apontar as semelhanças e as especificidades dos estudos e desenhar algumas con-

clusões gerais, ficou a faltar um capítulo final que aprofundasse a dimensão comparativa deste estudo. O livro está dividido entre três blocos de países, correspondendo o primeiro a países não árabes do Médio Oriente (Irão, Turquia e Israel), o segundo a países árabes da região (Egipto, Líbano, Palestina e Iémen) e, finalmente, o terceiro grupo aos países do Magrebe mais próximos da Espanha (Marrocos e Argélia).

Destaque-se que, ao falar em eleições nestes países, os autores desta obra colectiva procuram sobretudo responder à necessidade de identificar as eventuais mudanças (por pouco significativas que sejam) nestes sistemas políticos como resultado dessas eleições, analisando para tal as campanhas eleitorais, o grau de abertura das eleições, a possibilidade de participação de diferentes tendências, a transparência na contagem das votações e as suas implicações na evolução política de cada caso. Desta forma, é possível concluir que as eleições nos países abordados não são livres nem competitivas e não têm capacidade para produzir alterações significativas na estrutura de poder – a hipótese de afastamento de um líder político através de eleições é considerada nula e, na verdade, estas são mesmo apontadas como medida cosmética para mascarar práticas autoritárias dos regimes.

Esta impossibilidade de uma alternância real no poder, com a excepção dos casos da Turquia e de Israel, significa que ao falar em eleições neste conjunto de países falamos em eleições sem eleição, pelo que o interesse destas eleições reside tanto no que mostram como no que ocultam.

Finalmente, considerando o papel preponderante do islão político nestes países, os diferentes capítulos ilustram também as diferenças consideráveis entre os vários tipos de movimentos: entre partidos islamitas com orientação nacionalista (Líbano e Palestina) e partidos que defendem a criação de uma espécie de islamo-democracia, a sua ascensão política acaba também por implicar a sua adaptação às questões quotidianas dos cidadãos e o desgaste da retórica islamita.

Cada capítulo desta obra representa uma boa síntese da vida política de cada um dos países retratados, designadamente da vida institucional, partidária e dos espaços «parapolíticos», pelo que a sua leitura será certamente uma boa abordagem introdutória à região e às já chamadas «eleições sem eleição».

STEPHEN J. KING, THE NEW AUTHORITARIANISM IN THE MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA

Bloomington, Indiana University Press, 2009, 279 pp.

Desencantada com as promessas de liberalização política e democratização, a academia está cada vez mais dedicada a pensar sobre processos e conceitos como os «novos autoritarismos», quer seja sobre a China quer seja sobre o Egipto, por exemplo. É neste movimento que Stephen J. King, professor na Universidade de Georgetown, nos apresenta este estudo, útil para quem procure compreender as dinâmicas de poder no Médio Oriente e no Norte de África e aprofundar a distinção entre os chamados «velhos» e «novos autoritarismos».

Elegendo como casos de estudo o Egipto, a Tunísia, a Síria e a Argélia, quatro repúblicas da região, o autor analisa um complexo conjunto de variáveis para perceber as características, dinâmicas e tendências do governo autoritário, revelando como a privatização incentivada pela liberalização económica e as falsas reformas democráticas acabaram por reforçar o autoritarismo nestes países nas três últimas décadas.

Segundo King, o velho autoritarismo baseava-se na dominação política, apoiada quer na luta nacionalista quer na luta socialista, em que o Estado dominava a sociedade através do controlo da economia e da sociedade civil – isto é, através do controlo da indústria, dos serviços e dos recursos naturais, bem como dos sindicatos e das associações de defesa e promoção das mulheres ou religiosas. Já no caso dos novos autoritarismos, mantém-se o controlo da sociedade e da economia, mas sob o paradigma do mercado livre: privatiza-se, mas o controlo das empresas, das indústrias, dos serviços permanece nas mãos da mesma elite autoritária, e a aparente reforma política, mesmo em contextos onde se realizam eleições multipartidárias, permanece falaciosa.

Para o demonstrar, o autor analisa as semelhanças e as especificidades de cada caso estudado, abordando dimensões como o papel da religião e da cultura patriarcal na estruturação do Estado, das coligações dominantes e nas estratégias de legitimação e privatização dos regimes. Ora, de acordo com King, foi precisamente o processo de reforma económica o responsável pelo reforço do autoritarismo na

região, não *per se*, mas porque não foi devidamente acompanhado pelas reformas políticas necessárias e as políticas desenvolvidas foram no sentido de assegurar a manutenção das elites governantes. Para o autor, os países estudados são hoje regi-

mes corruptos e exclusivistas, em que a economia se encontra completamente politizada, levando-o a considerar este novo tipo de autoritarismo uma forma política imaginativa e dinâmica.

■ ISABEL ALCARIO

HISTÓRIA

PAUL VILLAUME E ODD ARNE WESTAD (ORG.), PERFORATING THE IRON CURTAIN. EUROPEAN DÉTENTE, TRANSATLANTIC RELATIONS AND THE COLD WAR, 1965-1985

Copenhaga, Museum Tusulanum Press, 2010, 272 pp.

Com o final da Guerra Fria e a abertura dos arquivos da Europa de Leste, a historiografia do conflito bipolar alargou-se e enriqueceu-se. A obra em apreço é um dos exemplos disso mesmo, e resulta de uma conferência realizada em finais de 2007, na Universidade de Copenhaga. Os organizadores são dois dos maiores vultos da historiografia da Guerra Fria, e cada um dos autores dos nove capítulos baseia o seu trabalho em arquivos recentemente abertos e, por isso mesmo, pouco explorados. O volume conta ainda com um ensaio de Wilfried Loth, um dos mais importantes historiadores da Guerra Fria, que problematiza a Guerra Fria e a forma como acabou; e de um anexo, que é o testemunho de Skjold Mellbin, diplomata dinamarquês que chefiou a delegação da Dinamarca às diferentes cimeiras da Conferência de Cooperação e Segurança Euro-

peia (CSCE) – as cimeiras preparatórias, a assinatura da Acta Final em Helsínquia em 1975, e as cimeiras de *follow-up* entre 1977 e 1992.

O livro contém dois tipos de análises: os quatro primeiros capítulos estruturam a sua análise num país específico, ou na relação entre dois países. As reacções da República Democrática da Alemanha (a cargo de Oliver Bange) e da Polónia (por Wanda Jarzabek) às iniciativas de aproximação ao Leste durante os governos de Willy Brandt (1969-1974); a «cooperação forçada» entre Nixon e Brandt (analisada por Giovanni Bernadini) ou a apreciação da sobrevivência da estratégia de transformação de Richard Nixon (assinado por Stephan Kieninger) constituem este primeiro conjunto. O segundo conjunto de capítulos foca-se essencialmente numa dimensão transnacional da história deste período. Ângela Romano analisa a Cooperação Política Europeia que teve como principal objectivo a criação da *détente* na Europa. Por seu lado, Thomas Fischer analisa o papel dos países N+N (neutrais + não-alinhados) no processo da CSCE. Sarah Snyder foca-se na Rede de Helsín-

quia e na sua importância para a Europa de Leste; Gregory Domber analisa a questão dos direitos humanos nas relações transatlânticas e como elemento de *power politics* e, finalmente, Bent Boel debruça-se sobre o apoio francês à dissidência da Europa de Leste, de 1968 a 1989.

Pela diversidade de tópicos tratados, este volume destaca-se, especialmente por apresentar elementos novos na análise de cada um destes assuntos. Porém, o magnífico ensaio de Wilfried Loth vale, por si só, a leitura dos restantes estudos de caso.

MATTHIAS SCHULZ E THOMAS A. SCHWARTZ (ORG.), THE STRAINED ALLIANCE. U.S. – EUROPEAN RELATIONS FROM NIXON TO CARTER

Washington, German Historical Institute and Cambridge University Press, 2010, 382 pp.

Pela leitura do índice deste volume compreendemos que existiram quatro grandes tópicos que marcaram as relações transatlânticas entre 1969 e 1981 – período que medeia as presidências americanas de Richard Nixon e Jimmy Carter. O primeiro tema é a incontornável *Ostpolitik* alemã e as suas consequências para a relação entre os Estados Unidos e a República Federal da Alemanha, em particular no que respeita ao debate sobre a liderança americana no bloco ocidental. As reacções da Administração Nixon/Kissinger à aproximação ao Leste por parte do Governo de Willy Brandt são analisadas na vertente bilateral (por D. Niedhart), na dimensão mais ampla das relações germano-americanas, nomeadamente ao ter em conta a dimensão da realidade política interna

alemã. Ronald Granieri analisa este período do ponto de vista da oposição democrata-cristã e a sua fé quase inabalável no aliado americano.

O ponto seguinte centra-se no relançamento da construção europeia e no falhanço do sistema monetário transatlântico. A entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Económica Europeia e o fim do sistema de Bretton Woods faz-nos refletir sobre o impacto do aprofundamento da integração europeia e sobre as crises do atlantismo. Nos quatro artigos que compõem esta parte, a Grã-Bretanha e a sua relação especial com os Estados Unidos constituem uma linha constante.

A primeira metade da década de 1970 é analisada com base na iniciativa de Henry Kissinger de designar o ano de 1973 como o «Ano da Europa», o que provocou reacções adversas da parte dos europeus. Com esta iniciativa, Kissinger parecia querer remetê-los para uma posição meramente regional, sublinhando assim a supremacia americana. Porém, através dos artigos da terceira parte do livro, percebemos que a iniciativa de Kissinger acabou por ser benéfica para a consolidação da cooperação política europeia, inclusive no tocante ao reforço da relação transatlântica.

O último tema analisado retrata o final da década de 1970 e o fim da *détente*. Tal como a primeira parte deste volume, estes artigos acabam por se centrar na posição da Alemanha Federal (em especial no papel do chanceler Helmut Schmidt) no quadro da Europa e as suas consequências para as relações transatlânticas, em particular as decisões estratégicas da NATO e a decisão *dual-track*.

É um livro que nos ajuda a compreender melhor os anos da *détente* e do seu declínio, do ponto de vista das relações transatlânticas. Tal como a maior parte das obras publicadas nos últimos anos, a grande mais-valia deste volume é o recurso a fontes primárias recentemente disponibilizadas, trabalhadas eficientemente por jovens investigadores.

MARIO DEL PERO, THE ECCENTRIC REALIST. HENRY KISSINGER AND THE SHAPING OF AMERICAN FOREIGN POLICY
Ithaca, Cornell University Press, 2010, 193 pp.

Este estudo debruça-se sobre a influência de Henry Kissinger na política externa americana. Como tal, e apesar da voz de Kissinger se fazer ouvir até aos dias de hoje, o seu período cronológico é a década de 1970.

Kissinger é frequentemente apontado como um homem do seu tempo e é impossível dissociar o diplomata americano do contexto em que desenvolveu a sua actividade, quer ao nível interno quer externo. E por isso mesmo o livro começa com um capítulo de contextualização da posição americana desde o final da II Guerra Mundial e a origem da estratégia de *containment*, acompanhando sempre de perto o debate interno acerca das questões internacionais e o desenvolvimento da Guerra Fria. É neste contexto que se insere Kissinger e o que o autor chama de «kissingerianismo». Para compreendermos melhor as características do diplomata, Mario del Pero faz uma breve biografia de Kissinger, onde diseca a sua carreira académica e profissional antes

de ingressar no meio político de Washington. Para Pero, são quatro as características base do «kissingerianismo»: a ênfase nos limites; a crítica da burocracia; a hostilidade perante o liberalismo da Guerra Fria e o relativismo da cultura realista; e, por fim, o primado da estabilidade e da legitimidade no sistema internacional.

Descritas as características base do «kissingerianismo», Mario del Pero passa para a análise do «kissingerianismo» em acção, ou seja, o modo como Henry Kissinger conduziu e cunhou a política externa americana na década de 1970. No fundo, a marca fundamental deste período na Guerra Fria é a *détente* e é nisso que se foca Del Pero. A *détente*, para Henry Kissinger, era acima de tudo uma estratégia bipolar, quer na leitura que fazia do sistema internacional quer nos objectivos que defendia (p. 87). Daí se compreende a teoria da interdependência entre os dois actores – Estados Unidos e URSS – e a dificuldade que Kissinger teve em lidar com as tentativas de criação de terceiras potências, em particular no caso da ascensão da Alemanha Federal/Europa Ocidental.

Com o declínio da *détente* surge também o declínio de Henry Kissinger. Mario del Pero argumenta que esse declínio se deveu, sobretudo, ao aumento do criticismo interno à política externa americana e ao homem que a conduzia. Não procurando ser uma biografia exaustiva sobre Kissinger, a leitura que Mario del Pero dá à política externa «kissingeriana» torna este livro uma fonte indispensável para quem trabalha o período da *détente*.

JEFFREY ENGEL (ED.), THE FALL OF BERLIN WALL. THE REVOLUTIONARY LEGACY OF 1989

Oxford, Oxford University Press, 2009, 186 pp.

A história da queda do Muro de Berlim é, geralmente, contada tendo como personagens principais as massas populares que se revoltaram, pacificamente, contra os regimes autoritários da Europa de Leste. Porém, o que este magnífico conjunto de ensaios, coordenado por Jeffrey Engel, procura transmitir é a perspectiva dos líderes, das elites no poder, não só durante o desenrolar dos acontecimentos, mas também nas décadas seguintes, tendo em conta o impacto desses acontecimentos nos papéis que esses líderes vieram a desempenhar – a herança de 1989.

O volume é composto por quatro ensaios, cada um dedicado a um centro de poder da Guerra Fria. James Sheehan foca-se no conceito de Europa, enquanto «uma ideia, uma aspiração e um exemplo histórico», argumentando que a evolução desse conceito foi determinante para o fim da Guerra Fria, muito mais do que a acção individual de qualquer um dos seus líderes. Svetlana Savranskaya e William Taubman concentram-se na União Soviética e na política seguida por Michael Gorbachev para tentar aprofundar as razões que levaram Gorbachev a permitir a evolução da situação na Europa Central e a reunificação alemã. Sucintamente, a conclusão a que chegam é que Gorbachev estava a braços com a

situação interna da URSS, por um lado, e que, por outro, o líder soviético tinha acreditado excessivamente nas promessas feitas pelos líderes ocidentais acerca do futuro da URSS no sistema internacional. A situação na China é analisada por Chen Jian. Observador interessado e atento da situação na Europa de Leste, Deng Xiaoping decidiu reprimir as manifestações de estudantes e impedir qualquer tipo de oposição ao regime comunista chinês. Simultaneamente, o criticismo internacional que se seguiu ao massacre fez com que Gorbachev se convencesse ainda mais de que a violência não era a solução para os seus problemas. Por fim, o papel de 1989 nos Estados Unidos é analisado por Melvyn Leffler. O artigo de Leffler foca-se no período após a queda do Muro e no uso que foi dado, pelas sucessivas administrações americanas, à herança da Guerra Fria. Ao invés de George Bush (pai) e de Bill Clinton, que retiveram como principal lição da Guerra Fria o uso moderado da força, Leffler argumenta que George W. Bush (filho), reteve uma imagem muito distinta da vitória americana no conflito bipolar, usando a retórica da Guerra Fria para justificar as suas acções no Iraque e no Afeganistão.

Apesar de ser composto por quatro ensaios distintos, este volume realça acima de tudo a interligação dos acontecimentos de 1989 e a permanência da herança da Guerra Fria no século XXI.

■ ANA MÓNICA FONSECA